



TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR: resultados de pesquisa-ação realizada em Gráfica vinculada à Administração Pública Federal Brasileira

Camila Farias Martins de Sousa¹
Francisco Pablo Huascar Aragão Pinheiro²

RESUMO:

Este trabalho apresenta resultados de pesquisa-ação realizada em uma Imprensa Universitária brasileira. Objetivou-se compreender como se constitui a atividade laboral realizada neste setor público e suscitar transformações no contexto de trabalho pertinente. Situado no campo da Saúde do Trabalhador, o estudo utilizou instrumentos quali-quantitativos para a construção dos dados: análise documental, observações, entrevistas semiestruturadas e Inventário sobre Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA). Os resultados apontaram para avaliações positivas quanto a aspectos estruturais que caracterizam o ambiente de trabalho e o processo produtivo. Entretanto, questões referentes às relações hierárquicas, à cobrança por resultados e ao custo cognitivo foram avaliadas negativamente.

Palavras chave: Saúde do Trabalhador. Contextos de trabalho. Participação.

ABSTRACT

This paper presents results of an action-research conducted in a graphics which belongs to a Brazilian university. The objective was to understand how is constituted the work activity performed in this public sector and promote changes in the pertinent work context. Situated in the Workers health field, the study made use of qualitative and quantitative methods for data building: documental analysis, observations, semistructured interviews and The Inventory of Work and Illness Risks. The results showed positive evaluations about structural aspects which characterizes the work environment and the productive process. However, questions related to the hierarchical relationships, to the demands about deadlines and to cognitive costs received negative evaluations.

Keywords: Occupational Health. Work Contexts. Participation.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: camila.fms@hotmail.com

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Ceará (UFC).



I. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta resultados de pesquisa-ação realizada junto a trabalhadores de uma Gráfica vinculada a órgão da Administração Pública Federal (APF). Colocou-se o seguinte ponto de partida para a investigação: compreender como se constitui a atividade laboral de servidores públicos e funcionários terceirizados que atuam na produção de materiais gráficos, atentando ao modo como tais dimensões repercutem para a saúde dos mesmos. O estudo foi realizado por pesquisadores das áreas de Psicologia e Serviço Social e teve dois propósitos específicos: permitir aos pesquisadores uma aproximação com atividades laborais desenvolvidas cotidianamente no setor referido (a fim de possibilitar a análise adequada do contexto e dos processos de trabalho visados); bem como levantar, em conjunto com os trabalhadores, informações que subsidiassem mudanças nos contextos de trabalho característicos do local.

Situada no campo da Saúde do Trabalhador, esta pesquisa é definida como uma atividade de vigilância e promoção à saúde. Insere-se, desta forma, no contexto de implantação da recém-criada Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal (PASS), baseada “na equidade e na universalidade de direitos e benefícios, na uniformização de procedimentos, na otimização de recursos e na implementação de medidas que produzam impacto positivo na saúde dos servidores públicos federais” (MPOG, 2010, p. 11).

Observa-se que aspectos ressaltados no campo da Saúde do Trabalhador foram considerados durante a realização desta investigação. Lacaz (2007) aponta alguns deles: 1) o entendimento sobre a determinação social do processo de saúde-adoecimento; 2) o privilégio dado à análise do trabalho enquanto tal, não visando somente determinantes externos à atividade; 3) a importância atribuída à participação do trabalhador na construção de ações e estratégias voltadas à saúde. Admitem-se como referenciais teóricos a Ergonomia, a Clínica da Atividade e a Sociologia do Trabalho.

Para a Ergonomia (GUÉRIN et al., 2008), há que se diferenciar atividade de tarefa, posto que esta é vista como orientação básica dada ao profissional para delimitar quais são suas atribuições e como ele deve proceder para executá-las. Determinada pela organização, a tarefa antecipa as condições das quais dispõe o indivíduo, no sentido de que seja alcançado um resultado pré-estabelecido. Tal antecipação, contudo, não traduz a realidade que o trabalhador vai encontrar, na medida em que a tarefa é concebida a partir das características médias da população e há diferenças entre os perfis dos profissionais. Somem-se a isso as variações



presentes nas matérias-primas, no uso do maquinário, no público a quem se destina o bem ou serviço prestado, nos relacionamentos entre chefias e subordinados ou mesmo entre colegas, além de imprevistos e intempéries. Há que se afirmar, todavia, que a tarefa é essencial, pois, ao delimitar a atividade, possibilita também que o sujeito aja. A atividade, outra ponta do par citado, comporta as estratégias de adaptação à situação real de trabalho. Ao agir, o sujeito precisa adequar as imposições que lhe são feitas pela tarefa e, ao mesmo tempo, lidar com as contingências que o contexto traz. Abrahão et al. (2009) afirmam que a definição de atividade pode englobar aquilo que o trabalhador faz na sua ação, assim como o que precisa despende de si mesmo para sua execução em termos fisiológicos e psíquicos.

Para a Clínica da Atividade, o trabalho delinea um quadro que possibilita a realização da atividade ao mesmo tempo em que é modificado por ela. Quatro dimensões, mantidas em tensão constante, mas que são essenciais para a mobilização do sujeito, compõem o trabalho, quais sejam: a impessoal, a interpessoal, a transpessoal e a pessoal (CLOT, 2006). A dimensão impessoal, trazida pela organização, pressupõe modos de operar, horários, regras e condições a que o sujeito se submete, ao mesmo tempo em que deles deve se valer para agir. A dimensão interpessoal diz respeito aos diálogos e às interações que os profissionais precisam estabelecer para desenvolver suas funções. A dimensão transpessoal, também denominada de “gênero profissional” ou “trabalho da organização”, é o conjunto das normas e do saber construídos nas interações entre os trabalhadores e repassados entre gerações. Esta herança (ou história do trabalho do grupo), garante ao sujeito uma pertença a seu coletivo e dá as balizas para que a atividade possa vigorar. É preciso dizer que o sujeito não se apropria do gênero de forma passiva, pois ele o reinventa e acrescenta sua contribuição. Tem-se aí o “estilo profissional”, ou a dimensão pessoal do trabalho, essencial para a renovação e manutenção do gênero quando algumas de suas possibilidades, como modo de agir, começam a se escassear. No desenrolar da ação, o gênero precisa se metamorfosear para atender a circunstâncias específicas (CLOT, 2006).

No que tange à Sociologia do Trabalho, seguindo o pensamento de Garza Toledo (2000), ao longo das três últimas décadas do século XX, a sociologia parecia ter relegado a centralidade do trabalho na constituição da sociedade a um lugar secundário. O cenário marcado pela crítica ao marxismo, pelos novos modos de produção, pelo neoliberalismo e pela crise das ideologias sindicais reforçou essa compreensão equivocada. No entanto, na América Latina, o enfoque sociológico retomou a proeminência dos problemas laborais, expandindo suas reflexões. A sociologia, ao reconhecer a interseção das teorias que sempre compuseram seu escopo com a investigação empírica realizada pela psicologia e ergonomia, criou uma composição rica, pois



ampliou a compreensão do universo laboral e do sujeito nele implicado. Frise-se que no presente estudo a sociologia assume a centralidade do trabalho como constitutiva do ser e da estrutura social.

II. DESENVOLVIMENTO

Conforme dito acima, tal estudo desenvolveu-se por meio de uma pesquisa-ação, cuja características marcantes é a “oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela” (Tripp, 2005, p. 446), fazendo da ação um momento de aprendizagem e de aprimoramento da investigação e, ao mesmo tempo, de transformação do campo pesquisado. Para tanto, a pesquisa-ação é uma estratégia que agrega “diversos métodos ou técnicas particulares em cada fase ou operação do processo de investigação” (THIOLLENT, 1985, p.29).

Destaque-se que, antes de dar início à coleta dos dados, foram realizadas reuniões com gestores e trabalhadores da Gráfica para apresentar e discutir a proposta da pesquisa. Ao tempo em que se tentava sensibilizar os sujeitos a envolverem-se nas atividades, foi esclarecido o caráter voluntário da participação. Todos os funcionários lotados na Gráfica foram chamados a colaborar com o estudo. A concordância em participar era ratificada por meio da assinatura de um “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, observando-se as normas éticas vigentes na legislação brasileira. Vale lembrar que a realização desta investigação foi apreciada e aprovada por um Comitê de Ética em Pesquisa. Cabe frisar que a Gráfica aqui analisada estruturava-se a partir de uma Diretoria-geral, três Divisões a ela atreladas (Planejamento Gráfico; Produção Gráfica; Apoio Administrativo) e onze setores subordinados a estas Divisões. Seu quadro funcional era composto por 9 profissionais terceirizados e 41 servidores públicos. Desta última categoria, 8 pessoas ocupavam cargos de direção.

II.1. Instrumentos e procedimentos para a construção dos dados

Os seguintes procedimentos e instrumentos quali-quantitativos foram utilizados no decorrer da pesquisa: Inventário sobre Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA), análise documental, entrevistas semi-estruturadas e observações. O ITRA, inventário desenvolvido por Mendes e Ferreira (2007), objetiva investigar o trabalho e os riscos de adoecimento por ele provocados. Este instrumento permite uma análise descritiva, a partir da mensuração de distintas representações dos respondentes, a saber: 1) o contexto de trabalho (constituído por: organização do trabalho, condições de trabalho, relações sócio-profissionais); 2) as exigências físicas,



cognitivas e afetivas demandadas pelo exercício profissional; 3) as vivências positivas e negativas experimentadas pelos sujeitos em relação ao trabalho; 4) os danos decorrentes da atividade laboral. Tal procedimento permite uma visão panorâmica do trabalho desenvolvido pelos sujeitos, possibilitando aos pesquisadores uma descrição global das avaliações que os trabalhadores fazem de sua atividade. O ITRA foi aplicado junto a 23 sujeitos. Cabe frisar que este inventário é auto-aplicável e composto por 4 (quatro) escalas psicométricas de frequência, do tipo *likert*, além de um questionário sócio-econômico. As escalas que compõem o ITRA são as seguintes: Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho (EACT), Escala de Custo Humano no Trabalho (ECHT), Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no Trabalho (EIPST), Escala de Danos Relacionados ao Trabalho (EADRT).

A análise documental visou a compreender aspectos da dinâmica laboral relativos à concepção das tarefas e à gestão do trabalho, sendo realizada por meio do exame de documentos pertinentes, a saber: o site da instituição; o organograma correspondente; o plano de cargos e carreiras; uma publicação na qual encontra-se relatado o histórico da Gráfica; relatórios anuais de produção. Por outro lado, admite-se que há expectativas em relação à realização das tarefas que não são prescritas de forma explícita e são passadas aos operadores de forma tácita. Há, assim, o que Falzon (2007) denomina de tarefa esperada. Esse tipo de prescrição pôde ser acessada por meio de entrevistas semi-estruturadas (FLICK, 2009), direcionadas aos gestores. Quatro pessoas foram entrevistadas, sendo uma delas o diretor geral da Gráfica e, as demais, diretores das três Divisões que compunham a organização.

A observação das atividades também foi utilizada. Na presente investigação, optou-se pelo uso da observação global e aberta da atividade (ABRAHÃO et al., 2009), com o intuito de compreender o processo de trabalho tendo por base determinados aspectos, tais como: o manuseio dos instrumentos de trabalho, a interação entre pares, as estratégias para superação dos constrangimentos, as adaptações às variabilidades do contexto. Também foi visada a repercussão que a atividade laboral traz à saúde dos trabalhadores, considerando, por exemplo, o modo como os operadores lidavam com as condições de trabalho e com os riscos aos quais se expunham. O produto inicial da observação foi um texto descritivo e analítico, no qual os sentidos apreendidos, além da sequência de ações, eram explicitados. O momento final desse método consistiu na discussão de tal relato com o(s) sujeito(s) observado(s). Tal devolutiva visou à validação e ao enriquecimento da descrição obtida. As seguintes tarefas realizadas na Gráfica foram observadas: grampeio, dobra de papel, alceamento, dobra de capa, corte e acabamento, impressão em máquina *Off-set*, revisão de textos e gravação de chapas, contando com a



participação de onze funcionários.

II.2. Procedimentos de Análise dos Dados

Os procedimentos utilizados durante esta etapa compreenderam análise estatística e análise de conteúdo construtivo-interpretativa. A análise estatística, aplicada aos fatores e aos itens do ITRA, foi realizada com o auxílio do software SPSS e teve cunho descritivo. Foram observados o desvio padrão e a média de cada fator e item.

O exame da análise documental, das entrevistas com os gestores e das observações, bem como a integração entre os dados quantitativos e qualitativos se deu por meio de análise de conteúdo construtivo-interpretativa (GONZÁLES REY, 2002). Nesta proposta tem-se que os fatos estudados não são tomados exclusivamente como constatação empírica direta, todavia são sistematicamente elaborados para a construção de um marco teórico de orientação. Não se trata de incluir o objeto em categorias preconcebidas, com o intuito de aprisionar sua complexidade e singularidade. Intenta-se ordenar momentos parciais e provisórios, formando proposições que, muitas vezes, apresentam uma relação indireta com o objeto de estudo, mas que participam de um contínuo que compõe as reflexões do pesquisador.

III. CONCLUSÃO

Os resultados obtidos por intermédio do ITRA, bem como aqueles revelados através da análise documental, das entrevistas e das observações destacam que três fatores apresentaram avaliação indicadora de conceito “crítico”, sendo eles: “organização do trabalho”, “custo cognitivo no trabalho” e itens relativos às “relações sócio-profissionais”. Os demais foram julgados pelos trabalhadores dentro dos limites daquilo que Mendes e Ferreira (2007) consideraram como positivo.

Sobre as condições de trabalho, pode-se afirmar que, durante o processo de coleta de dados, o espaço físico destinado à Gráfica caracterizava-se como ambiente limpo e bem conservado. Além disso, os instrumentos de trabalho, seja o maquinário que compõe o setor de produção, sejam os computadores utilizados na seção de planejamento, eram mantidos em bom estado. Verificou-se também que o material de consumo necessário ao funcionamento adequado do setor era fornecido em quantidade suficiente e ficava estocado em local apropriado. Ficou demonstrada a existência de cuidados contínuos quanto à realização de serviços de manutenção, vários dos quais presenciados pelos pesquisadores. A adequação destas condições repercute positivamente para a saúde. Embora, em termos gerais, a avaliação dessa dimensão tenha sido



positiva, verifica-se a necessidade de melhorias no que se refere à climatização do ambiente, ao ruído produzido pelas máquinas e ao cheiro forte dos produtos químicos utilizados. Tais aspectos atingem especialmente os setores de impressão e acabamento.

Ainda no campo das condições de trabalho, no que tange à remuneração, verifica-se que nos últimos dez (10) anos houve um processo de recuperação dos salários do setor público, bem como de melhoria dos valores atribuídos a vários tipos de benefícios concedidos. Os trabalhadores terceirizados são contratados em conformidade com a legislação brasileira vigente, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de modo que têm acesso à remuneração e às garantias mínimas previstas por tal dispositivo legal, dentre as quais, 30 dias anuais de férias remuneradas e décimo terceiro salário. Apesar da existência de tais garantias, compreende-se que os direitos assegurados aos servidores públicos são bem mais abrangentes, destacando-se a questão da estabilidade do vínculo laboral, bem como a diferença salarial que há entre as duas categorias. O contato com os trabalhadores demonstrou a ocorrência de insatisfação entre os terceirizados, pelo fato destes, embora desenvolvendo funções idênticas às dos servidores, serem remunerados de modo diferenciado e não usufruírem dos mesmos direitos.

Quanto à “organização do trabalho”, no tocante à realização das tarefas, ao ritmo imposto durante o processo produtivo e às cobranças a que estão submetidos trabalhadores e gestores da Gráfica, cinco itens presentes no ITRA podem ser discutidos de maneira articulada, sendo eles: “as tarefas são cumpridas sob pressão de prazos”; “existe forte cobrança por resultados”; “as tarefas executadas sofrem descontinuidade”; “o ritmo de trabalho é excessivo” e “o número de pessoas é insuficiente para realizar as tarefas”. Ao longo das entrevistas e das observações, constatou-se que a pressão e a cobrança referida nos itens não decorrem de uma meta de produção pré-estabelecida, mas do modo como as demandas são encaminhadas à Gráfica. Muitas vezes os pedidos apresentam caráter de urgência ou têm prazos de conclusão pré-estabelecidos que não levam em consideração a dinâmica de produção; de modo que, não raro, a confecção de alguns produtos é interrompida para que outros sejam priorizados. Tais situações geram descontentamentos nos trabalhadores, além de tensões nas relações sócio-profissionais. O ritmo intenso de trabalho também está relacionado às questões acima discutidas. Não se avalia a problemática como totalmente vinculada a um déficit numérico de trabalhadores, expresso no item “o número de pessoas é insuficiente para se realizar as tarefas”, mas como relacionada às dificuldades de planejamento geradas pelos setores da instituição que solicitam os serviços.

Uma característica importante das tarefas desenvolvidas na Gráfica é o caráter informal de sua prescrição, aspecto que se localiza em um campo de interseção entre as dimensões



“organização do trabalho” e “relações sócio-profissionais”. Os documentos oficiais que indicam as atribuições de cada cargo existente na Gráfica não são consultados. A menção às atribuições específicas só ocorre quando há desvios de função, geralmente causados pela extinção das atividades inerentes a algum cargo. É o caso, por exemplo, dos tipógrafos e linotipistas que passaram a exercer outras funções, posto que não são mais utilizadas máquinas de linotipo e a composição dos textos foi informatizada, tornando obsoleto o uso de fontes tipográficas.

Além disso, as orientações relativas ao modo de execução das tarefas não obedecem a qualquer manual de procedimentos. Há uma série de normas tácitas e informais muito presentes que viabilizam a produção, compondo uma cultura da organização que se denomina gênero profissional. Tal cultura é apropriada e reinventada por cada sujeito, através do que é chamado estilo profissional (Clot, 2006). Um fato que fortalece essa cultura informal é a ausência de treinamento para os servidores recém-ingressos na Gráfica ou transferidos para novas funções. A aprendizagem das tarefas e atribuições, como foi possível verificar, dá-se através do acompanhamento da atuação de trabalhadores mais experientes, de modo que, ao longo das interações, são transmitidos modos de solucionar problemas recorrentes, formas de execução das tarefas, instruções para operação de maquinários, dentre outros.

No campo das relações sócio-profissionais, vê-se que as chefias não percebem os trabalhadores a elas subordinados como um coletivo de trabalho que se reconheça e se identifique enquanto tal. A fala de um dos diretores da Gráfica, ao fazer referência à necessidade de fortalecer o que denominou de “consciência coletiva”, indica que este avalia negativamente a segmentação entre os trabalhadores e a inexistência de um grupo melhor integrado.

Por outro lado, os trabalhadores, conforme revela o Inventário, percebem a existência de um distanciamento entre as tarefas de gerenciamento e de produção na Gráfica, na medida em que o item “existe divisão entre quem planeja e quem executa” recebeu avaliação “crítico”, aspecto notadamente associado ao modo de produção taylorista-fordista. O posicionamento dos gestores, conforme expresso acima, na medida em que indicaria uma falta de implicação dos trabalhadores com as atividades e com a Instituição, pode se refletir na exclusão destes mesmos trabalhadores dos processos de planejamento e gestão, restando-lhes a execução de tarefas.

É possível citar, ainda, que a ausência de uma avaliação de saúde periódica por parte da Instituição, bem como a inexistência de dados epidemiológicos, dificultam o estabelecimento de nexos causais entre possíveis patologias apresentadas pelos trabalhadores e o contexto de trabalho no qual se inserem. Borsoi (2007) traz considerações significativas sobre relações causais entre a situação de trabalho e o processo de saúde-adoecimento. Para a autora é



importante determinar claramente tais ligações, a fim de que o trabalhador tenha o amparo legal necessário para acessar os direitos que o Estado deve garantir.

Também deve-se mencionar que na Instituição que serviu como *lócus* de investigação são produzidos laudos periciais que têm por função dimensionar os riscos oferecidos nos diversos ambientes de trabalho, com a finalidade de determinar percentuais de insalubridade e periculosidade a que fazem jus os trabalhadores. Todavia, tal avaliação não tem se refletido em ações que objetivem, quando possível, retirar ou minimizar a exposição do trabalhador a fatores de risco, recaindo-se na monetização destes. Evidencia-se isso a partir da fala dos gestores entrevistados, pois estes, reiteradas vezes, afirmaram que as ações institucionais diante dos riscos resumiam-se a compensações financeiras.

Por outro lado, um avanço coloca-se em vista, na medida em que o governo federal brasileiro, por meio do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (2010), está implementando a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal. Dentre outras ações, tal Política determina que a Administração Pública Federal deve promover a realização de exames periódicos junto ao seu quadro funcional, conforme o Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009. Também foi instituído um sistema informatizado de perícia em saúde (denominado “SIAPE Saúde”). Tais medidas, ao gerarem dados epidemiológicos, permitirão uma avaliação adequada dos agravos que acometem os trabalhadores, bem como auxiliarão na discussão sobre os fatores presentes nos contextos de trabalho que provocam adoecimento.

IV. REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, J. I. [et al.]. **Introdução à Ergonomia**: da prática à teoria. São Paulo: Edgard Blücher, 2009.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ed. São Paulo: Boitempo, 2009 (Coleção Mundo do Trabalho).
- BORSOI, I. C. F. **Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental**. Revista Psicologia e Sociedade, 2007, v. 19, p.103-111.
- CLOT, Y. **A função psicológica do trabalho**. São Paulo: Vozes, 2006.
- FALZON, P. (org.). **Ergonomia**. São Paulo: Blücher, 2007.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GONZÁLES REY, F. **Pesquisa qualitativa em Psicologia**. Caminhos e desafios. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.
- GUÉRIN, F. [et al.]. **Compreender o trabalho para transformá-lo**: a prática da ergonomia.



Tradução de Giliane M. J. Ingatta. São Paulo: Blücher / Fundação Vanzolini, 2001.

Lacaz, F. A. de C. **O campo Saúde do Trabalhador**: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. Cadernos de Saúde Pública, 2001, v. 23, p.757-766.

MENDES, A. M.; FERREIRA, M. C. Inventário sobre Trabalho e Riscos de Adoecimento – ITRA: instrumento auxiliar de indicadores críticos no trabalho. In: MENDES, A. M. (org.). **Psicodinâmica do trabalho**: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). **Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal**: uma construção coletiva. Brasília, 2010.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

TRIPP, D. **Pesquisa-ação**: uma introdução metodológica. Revista Educação e Pesquisa, 2005, v. 31, p. 443-466.